

CULTURA, PAISAGENS E PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES DESDE O BRASIL CENTRAL

Maria Geralda de Almeida

Professora Titular do Instituto de Estudos Ambientais IESA/
Universidade Federal de Goiás- UFG - Brasil
mgdealmeida@gmail.com

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

RESUMO: Trata-se de uma reflexão sobre as concepções de paisagens e patrimônio ao considerar, principalmente, a base cultural deles. Paisagens culturais são interpretadas na sua complexidade ao envolver a subjetividade e a objetividade. A paisagem emerge como um bem e um recurso ambiental, cultural, cuja valoração é relativa. O valor que os bens culturais possuem é o que a sociedade, por suas práticas sociais, lhe atribui ou o mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio cultural, este analisado nas perspectivas da Unesco, do Iphan e da Constituição brasileira. Conclui-se que os múltiplos significados das paisagens simbólicas representam muito dos homens que as criaram. A paisagem e o território são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades.

Palavras-chave: Paisagem. Bem cultural. Patrimônio cultural. Turismo.

ABSTRACT: This article is a reflection on the conceptions of landscapes and heritage specifically focusing on its cultural base. Cultural landscapes are interpreted in the context of their complexity involving subjectivity and objectivity. The landscape emerges into a natural environmental and cultural resource, whose value then becomes relative. The cultural goods obtain a value that the society, through social practices, can be use to enhance the market. Tourism reinvents cultural heritage which is analyzed from the perspective of UNESCO, IPHAN and the Brazilian Constitution. It concludes many

meanings of the symbolic landscape that primarily talk about the men that created them. The landscape and territory are aspects marked by elements of heritage which are signs of the trajectory of the society that trigger memory and situates groups, defining their identity.

Key Words: landscape, cultural goods, cultural heritage, tourism.

INTRODUÇÃO

No Renascimento, com o Iluminismo, a cultura assume um significado mais amplo, elevação do espírito, do saber e ao aperfeiçoamento. É uma oposição à natureza, à barbárie e à superstição. Desde então, a cultura é concebida como sinônimo de civilidade, complemento do espírito humano, ao repousar sobre uma dualidade profunda, matéria e espírito.

O propósito norteador neste artigo é elaborar uma reflexão, sob a evidência de que a cultura embasa paisagem e patrimônio para serem discutidos na abordagem da geografia cultural e, simultaneamente, apontar leituras sobre estes dois temas. Propõe considerar o Brasil Central para ilustrar as possibilidades de leituras e de interpretações existentes em uma escala regional; porém, incluem-se os exemplos internacionais para evidenciar a riqueza universal das paisagens e patrimônios culturais.

Existe uma geografia semiótica da cultura. Sua compreensão principia com o aceite da existência de uma manifestação geográfica da cultura. Há, em cada fato humano, ou ao menos uma ampla parte dos fatos humanos, aspectos culturais que podem ser objetos da geografia humana.

Existem, assim, manifestações territoriais da cultura, conduzidas sobre uma base conceitual e com métodos próprios; distintos daqueles da geografia humana. Já no âmbito de uma geografia sensível, esta assume a cultura como criação de

símbolos atribuídos aos lugares e aos espaços, às paisagens e ao patrimônio. A produção de símbolos e significados é considerada como a manifestação mais alta do homem. O comportamento humano se manifesta criando símbolos que são, essencialmente, o produto de reações do homem face aos contextos com os quais eles se defrontam.

Na adoção desse conceito de cultura, a Geografia identifica um campo distinto e a cultura, objeto de uma representação geográfica que diz respeito não somente ao território em si, mas, as experiências e as condições existenciais das pessoas em relação ao espaço terrestre. A produção de símbolos torna-se uma manifestação intelectual que confere forma à cultura.

É, principalmente, a manifestação geográfica da cultura, seja na paisagem, seja no patrimônio, que será adotada, ao permear as discussões seguintes. Com este entendimento, torna desnecessário insistir em definir e frisar o termo cultura ao longo do texto.

Pretende-se, inicialmente, apresentar a paisagem na perspectiva da geografia humanista e da geografia cultural; posteriormente, discutir o patrimônio cultural e sua emergência entre os temas geográficos e, como paisagens e patrimônios tornam-se institucionalizados, principalmente, com as políticas.

“A OBRA CONJUGADA DO HOMEM E DA NATUREZA...”

Entre as categorias caras à Geografia, encontra-se a paisagem. A ideia desta é ambígua e sujeita a múltiplas interpretações. Intui-se, o que ela seja, mas, defini-la de modo universalmente válido é quase impossível, tendo em vista a realidade dos lugares e, sobretudo, os aspectos subjetivo e psicológico que tornam complexa a definição.

Os geógrafos interessados no entendimento de sua complexidade

desenvolveram uma “maneira de ver”, uma forma de organizar e compor o mundo externo em uma “cena”, com seus elementos materiais e imateriais, de acordo com suas concepções teórico-metodológicas. Cosgrove (1998), que teve uma compreensão luminosa sobre a paisagem, argumentava ser esta uma nova maneira de ver o mundo, como uma criação racionalmente ordenada, cuja estrutura e mecanismos são acessíveis à mente humana.

Entender e interpretar a paisagem implica, pois, em uma visão de mundo de quem o faz. Andreotti (2008, p. 18) afirma que paisagem é “aquela síntese superior que o observador elabora depois de ter percebido com os sentidos e sentimentos a realidade ambiental”.

Se considerar a paisagem, na concepção da geografia cultural, é evidente que ela diz respeito sobre a nossa posição na natureza, sua elaboração ocorre pela percepção e pela razão humana e sempre esteve ligada à cultura. Sauer (1929/2010) afirma que, na formação cultural, a cultura é o agente, a paisagem natural, o meio e a paisagem cultural é o resultado.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco (2000), ao elaborar sua Convenção de Patrimônio Mundial, no seu Artigo Primeiro dessa Convenção, considera que a paisagem cultural é uma obra conjugada do homem e da natureza. Pode ser um jardim, um vilarejo, uma paisagem relíquia. Qualquer uma dessas paisagens é marcada pela sua história. Enfim, ela é uma “paisagem cultural associativa”, ou seja, aquela na qual se entrelaça o elemento natural ao cultural.

A paisagem cultural é um objeto concreto, material, físico e factual, percebido pelos sujeitos por meio dos cinco sentidos. Dessa forma, há uma representação geográfica da cultura, conforme foi dito acima e este objeto é assimilado afetiva e identificado culturalmente pelos homens.

A paisagem cultural é, assim, a imagem sensorial, afetiva, simbólica e material dos territórios na concepção de Beringuier (1991). Essa definição contempla os conceitos de paisagem visual, paisagem valorizada e paisagem percebida. A paisagem apreendida pelo sentido da visão é uma combinação dinâmica dos elementos físico-químicos, biológicos, históricos, antropológicos; da funcionalidade, da estética, ética e técnico-científica de forma interdependente. A paisagem percebida define-se como a imagem surgida da elaboração mental de um conjunto de percepções que caracterizam uma cena observada e sentida, em um momento concreto. Já a paisagem valorizada significa, segundo Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2010), o valor relativo (estético, simbólico e ideológico) que um sistema ou grupo social a determina.

A paisagem cultural tal como Beringuier a concebe, banhada de elementos imateriais e intangíveis, que se revelam nas paixões, nos conflitos, nos risos, nas dores, nos encantamentos, nas cores, nas sonoridades e nos odores, presentifica-se na descrição feita por Keroauc (2006), ao apresentar *o sentido* do rio na descrição da cidade de Algiers, no vale do rio Mississipi nos Estados Unidos:

Das margens cheias de arbustos onde inúmeros homens pescavam com seus caniços, e do delta sonolento que se espreguiçava pela terra avermelhada adentro, o rio sinuoso com sua corrente murmurante enrolava-se como uma serpente ao redor de Algiers, com um som indistinto. Entorpecida, peninsular Algiers, com todos os seus mutirões e cânticos de trabalho dando a impressão que seria algum dia levada pelas águas. O sol declinava, besouros esvoaçavam, as águas assustadoras gemiam (KEROUAC, 2006, p.179)

O lugar/paisagem emerge palpitante de vida, de movimento e de sonoridade conduzidos pelo rio que confere um significado e um valor ao local “visto” e interpretado por Kerouac. Interpretar significado das paisagens interessa aos geógrafos que lidam com a abordagem cultural e são sensíveis à dimensão subjetiva das mesmas.

Enfocar a paisagem é buscar compreender as relações entre natureza, cultura, sociedade e indivíduo, em toda sua complexidade. Ora, a dimensão subjetiva permite a concepção de outras paisagens como as paisagens sonoras, dos odores, a outra paisagem, paisagens do intangível, paisagens do medo...

Se considerarmos o tempo e não o espaço, Nogué (2009) nos alerta sobre o encontro com a outra metade da nossa percepção habitual da paisagem: a noturna, ou melhor, as paisagens noturnas. A paisagem do dia muda radicalmente durante a noite, porém, continua sendo paisagem e, parece como se não existisse.

Ela pode ser considerada como a “outra” paisagem. A mesma paisagem contemplada de dia se transmuda nas formas, nas texturas, nas cores, nas luzes, resultante da magia da noturnidade. Se considerar-se que a metade de nossas vidas a passamos sem a luz solar, esta paisagem noturna é tão parte de nossas vidas quanto à paisagem diurna, embora esteja esquecida e negligenciada por nossos estudos.

Pode-se também afirmar que nossas experiências de paisagens tornam-se mais plenas se as dimensões acústicas e odores forem considerados. Experienciamos a paisagem na sua plenitude quando não somente a olhamos, mas, também, quando a tocamos, a ouvimos, a cheiramos e a degustamos.

Assim, o entendimento de outros sentidos para atingir o significado profundo da paisagem vivida desperta o interesse de pesquisadores e planejadores. Em dezembro de 2008, no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona aconteceu

o Seminário “Paisagens sonoras de Catalunha”, nos relata Nogué (2009), no qual, se evidenciou as paisagens com seus sons que lhes são próprios. Odores e sons lhes conferem personalidade e lhes propiciam uma identidade.

Nossas experiências também nos conduzem a outras paisagens que fazem parte do nosso cotidiano, as paisagens do medo que “são as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas” nas palavras de Tuan (2005, p.12) e o autor ainda complementa que, de certa forma, “toda construção humana -mental ou material- é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos”. (idem)

Existem tipos diferentes de paisagens do medo, bem como paisagens de exclusão, paisagens de sobras/rejeitos. Esta diversidade de paisagens atrai o interesse de geógrafos culturalistas.

Nas reflexões de Claval (2004, p. 40), os geógrafos “culturalistas”: “[...] É viajando, familiarizando-se com as paisagens diferentes que os geógrafos se tornam sensíveis a esses marcos, cuja presença repetida é sinal de pertencimento, de reconhecimento, de confirmação de identidades”.

O fato de a paisagem cultural ser uma maneira de demonstrar a identidade territorial evidencia outro viés de como “ler” a paisagem. Esse tema será retomado logo adiante.

Cabe ressaltar que, diante do exposto pelos autores, para se conhecerem as expressões impressas por uma cultura em suas paisagens e, também, para compreendê-las, necessita-se de um conhecimento da “linguagem” empregada: os símbolos e seus significados nessa cultura, como esclarecem Almeida, Vargas e Mendes (2011).

Na cidade de Pirenópolis-GO, antigo Arraial de Meia Ponte do Brasil Central, por exemplo, em junho, grupos de mascarados em cavalos e, todos ricamente

adornados nas cores vermelho e azul simbolizam as cavalhadas, numa tradição já bissecular. As igrejas espalhadas pelo mundo cristão, também podem significar tanto o marco da presença da religião católica no local quanto a existência da casa de Deus para reunir os devotos; velas, flores e comida em uma praia para os iniciados em candomblé significam oferendas para Iemanjá e, também, uma forma de pedir a ela o atendimento de um desejo; as mesquitas têm minaretes para que elas estejam visíveis e para que o *muezzin* possa chamar os fiéis para a prece. Paisagem de Brasília, praça dos Três Poderes, ilustra, simultaneamente, um símbolo de uma arquitetura arrojada e da capital brasileira mas, ainda o poder presente.

Entretanto, para além da materialidade, as paisagens podem ser sonoras e de odores; e, além disso, serem paisagens da destruição, híbridas, e da exclusão. A paisagem contempla símbolos, significados e torna-se patrimônio e até institucionaliza-se.

TRATANDO DE BENS E PATRIMÔNIO CULTURAL

A discussão sobre patrimônio cultural precisa ser precedida de um esclarecimento sobre bens culturais. Bens culturais é um tema recente, emergente, diante do interesse de criar objetos de tutela e de valorização no final do século XX. De acordo com Mautone (2001), bem cultural é uma noção que engloba desde o patrimônio monumental, documentos e bens de interesse histórico, arqueológico, cultural até mesmo o ambiente natural.

Bem cultural é ainda um produto de concepção humana, dotado de um valor singular qualquer ou porque constitui uma obra de arte, ou porque representa um testemunho, um registro ou um documento da história do homem. O bem cultural é diverso e único.

Ele pode representar, no caso do Brasil, desde o Hino Nacional, o pão de queijo de Minas, o samba, o Círio de Nazaré, em Belém, as cavalcadas de Pirenópolis, a feijoada, a arquitetura de Brasília até o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro para citar alguns exemplos. Todos são bens culturais e compõem o patrimônio cultural brasileiro. Os bens culturais constituem um componente atual do território e da paisagem e trazem, em seu bojo, razões de ordem espiritual, moral, motivos práticos que uma sociedade ou parte dela compartilha.

No mundo contemporâneo, de acordo com Fabre (1994), apesar de nossas sociedades se definirem como modernas, ou seja, engajadas em um processo contínuo de transformação histórica, elas são, também, sociedades de conservação. A febre patrimonial crescente é a forma presente deste apego com o passado. Em outras palavras, o patrimônio constitui-se nova base de reafirmar a identidade e a patrimonialização.

É um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais. O patrimônio reflete a história de um povo, suas lutas e conquistas, seus valores e crenças em um dado momento de sua existência. Além disso, o patrimônio fortalece a identidade cultural de um grupo e estimula cada povo a ter um patrimônio cultural.

Uma identidade cultural possui componentes que formam um todo integrado, interrelacionado e único como a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores e crenças e os elementos tangíveis, incluindo a tecnologia. O patrimônio cultural é, nesta perspectiva, para Vallbona e Costa (2003, p.10): “O repertório inacabado de testemunhos materiais e imateriais que constituem as referências da memória coletiva, o acúmulo das experiências que estas sociedades guardam em sua retina”.

Castro (2012, 41) já afirma que o patrimônio cultural que é corporificado pelos homens do/no cotidiano “se expressa através de saberes, práticas e representações

que revelam conteúdos distintos”. Ou seja, há singularidades nas representações e nas interpretações.

Tais marcos foram levados em conta pela Unesco. Em 1982, um documento da Unesco, intitulado “Declaração do México” definiu o patrimônio cultural de um povo com a ênfase nas “... criações anônimas, surgidas da alma popular”. Tal documento o concebe também como um “conjunto de valores que dá sentido à vida”.

Mais recentemente a Unesco (2000) reelaborou a definição, apresentando o patrimônio como “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente.” Essas definições permitem que a Unesco se refira também à paisagem. Pelo patrimônio, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados são, no presente, transmitidos às gerações futuras. Cabe adiantar que o papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, foi dado um passo muito significativo no sentido de alargar o entendimento de patrimônio. O artigo 216 da Constituição declara o seguinte:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores de sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-cultu-

rais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A definição de patrimônio coaduna com aquela da Unesco e é pautada “pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais das dimensões testemunhais e das realizações intangíveis”, nas palavras de Funari e Pelegrini (2006, p. 31).

Estes entendimentos distintos não comprometem o interesse manifestado para determinar o patrimônio cultural local e universal. Cabe ressaltar que as considerações da Unesco e da Constituição Brasileira constituem a natureza dinâmica do patrimônio, reveladora de identidades dos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, promove a reprodução destes, bem como sua autonomia social.

Almeida (2010) já destacou que o patrimônio e o território têm, assim, o duplo papel de mediadores interpessoais e de cimentos identitários na sociedade. Os elementos materiais como construções, vegetação, propriedades, por exemplo, e os bens imateriais como imagens, cultura, símbolos, são valores patrimoniais.

O patrimônio, de certo modo, como lembra Gonçalves (2009), constrói e forma as pessoas. Contudo, o território, como forma e referência identitária de um grupo social se torna patrimônio e adquire um valor patrimonial. Assim, a interpretação do sentido de patrimônio deve levar em conta a base espacial conquistada, territorializada. Além disso, atribui-se a um bem o valor patrimonial, ao se procurar compreender o território em sua dimensão fenomenológica e simbólica.

O patrimônio cultural convive com a concepção de contemporaneidade e seu uso atual está muito vinculado ao turismo. Na atual turistificação do patrimônio,

tanto o cultural quanto o natural, favorecem sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade, por suas práticas sociais, lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio cultural, como tem ocorrido com os Kalunga do Norte e Nordeste do Estado de Goiás.

PAISAGENS SIMBÓLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL

Para ilustrar como a paisagem e o patrimônio podem constituir-se em objetos singulares de estudos geográficos, foram escolhidos exemplos que manifestam o simbólico e a historicidade, a ressignificação na imaterialidade e o mito.

“Toda paisagem é simbólica”, afirma Cosgrove (1998, p.106). De fato, se observados alguns exemplos, chegaremos a esta constatação: Brasília, para ilustrar, pode ser uma cidade como as demais, entretanto, é um símbolo poderoso do poder presidencial, de sede dos três poderes, unívoco. O lugar onde viveu uma figura nacional pode ser uma casa comum, porém, tem um significado simbólico enorme para os iniciados.

É o caso da Casa Velha da Ponte, assim a conhecida residência em que viveu Cora Coralina, poetisa goiana, na cidade de Goiás, também do Brasil Central. Uma cidade como Ouro Preto – Minas Gerais, tombada como patrimônio da humanidade, tem um significado simbólico intenso de um período da mineração do ouro, cujas marcas estão na imponência das igrejas e na arquitetura majestosa dos casarios. Brasília, Casa de Cora Coralina e Ouro Preto, embora paisagens urbanas distintas sejam idênticas, porque revelam a historicidade das relações entre a sociedade e a natureza e a concepção de mundo dos homens que as modelaram. Essa reflexão reafirma o dizer de Santos (1997, p. 83) para quem a paisagem é “[...] transtemporal, juntando objetos presentes e passados. É uma construção transversal”.

Ao se considerar outras paisagens, como as festivas, é evidente que a festa cívica participa plenamente do processo de construção simbólica das paisagens e dos territórios da localidade. Diante de uma paisagem festiva, o olhar investe de toda a carga de experiências de uma vida e da existência humana, pois a paisagem, como destaca Schama (1996, p.23), ao reafirmar a historicidade apontada por Santos (1997) anteriormente, “[...] é um texto em que todas as gerações escrevem suas obsessões recorrentes”.

Para Di Méo (2001), esse simbolismo festivo identifica e qualifica os lugares, os sítios, os monumentos, as paisagens e os lugares ordinários. Ritos e cerimônias destacam as ações dos grupos locais sobre o espaço da festa. Mais que uma geografia concreta, Almeida (2011) argumenta que a festa engendra e constitui uma geografia simbólica e o espaço é revestido de uma dimensão mítica. As paisagens festivas emergem segundo as experiências e as percepções de cada indivíduo.

Assim, a paisagem pode ser entendida como formada por movimentos impostos pelos grupos sociais, por meio de seu trabalho, trocas informacionais, cultura, emoções; o que lhe confere uma dimensão social. A paisagem é percebida e concebida pelos sentidos e por eles, ela é veiculada como já foi dito.

Há um súbito e crescente interesse pelos bens culturais, pelos saberes, pelos grupos étnicos, o que pode explicar o fato de o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural dos Kalunga ter se transformado em um dos atrativos turísticos mais visitados no Estado de Goiás pela população do Distrito Federal.

Ao adentrarem-se no Sítio, os visitantes procuram a *paisagem cultural associativa*, já mencionada: as cachoeiras e os saberes dos Kalunga. Com olhares curiosos, observam o agrupamento de casas sem arruamentos, as “casas kalungas”, construídas pelo governo, portando placas indicativas de serem

protótipos desse povo, mulheres e crianças em conversa nas ruas e e outros portas das casas, e se aventuram mesmo a encomendar uma refeição caseira para o retorno da visita às cachoeiras (ALMEIDA, 2010).

No caso das paisagens citadinas, cada cidade tem a sua fala, pondera Lynch (1990); e ela precisa ser vista como uma escritura, uma fala a ser interpretada pelo transeunte. Trata-se de um enigma a ser desvendado pela exploração, como um idioma, como nos diz Calvino (1990, p.1):

o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Visitantes e, muitas vezes, os habitantes locais intrigados angustiam-se na busca de decifrar os mistérios desta escritura reveladora de bens culturais patrimonializados.

Todo detalhe é relevante na composição e compreensão do todo, como no exemplo Palmira ou Tadmor _nome árabe_ a 207 Km de Damasco, no coração da estepe síria, conhecida como a Rainha do Deserto. Tornou-se a rota mais importante de caravanas que atravessavam a Síria do Oriente para o Ocidente e prosperou-se significativamente até o século III. Esta cidade surge do agrupamento de diversos clãs nômades entorno do oásis, desde o ano 63 antes de Cristo.

Cada um se instala com seus deuses e tradições religiosas e, os conflitos fazem surgir um panteon original venerando, sobretudo, uma tríade de deuses. Considerada como patrimônio mundial da Unesco, Palmira constitui uma vasta superfície de templos, museu, mausoléus, necrópole, casernas, termas, senado,

ágora, e o visitante impressiona pela imponência do conjunto, a começar pelo Arco Monumental que marca a entrada da Grande Colunada, com centenas de altas colunas que se prolongam cerca de 1.200 metros até a entrada do Templo de Bêl.

Acredita-se que no tempo da rainha Zenóbia, no início do século III, 200 mil pessoas viviam ou transitavam por aqui. A Grande Colunada representava o centro efervescente de Palmira. Cada coluna tinha um busto de bronze de um personagem notável, geralmente ricos mercadores que contribuíam com recursos financeiros, mecenas, que Palmira homenageava colocando-os na Grande Colunada.

Nas laterais destas colunas funcionavam o comércio e as principais repartições públicas. Além desta paisagem reveladora do poder pretérito, os signos e simbólicos daquela época ainda têm seus vestígios nos templos existentes dos diversos deuses adorados. O templo de Bêl, do ano de 32, é dedicado ao deus nacional de Palmira, e um dos maiores do Oriente romano. Bêl era o deus do firmamento estrelado_ para os gregos equivalia ao deus Zeus_ e era venerado juntamente com o deus Baalshamin, também um deus do céu, portador de nuvens e da chuva. Era o deus da fertilidade e, seu templo é bem mais modesto, embora situado perto da Grande Colunada. Estes dois deuses frequentemente se encontravam associados a outras divindades em forma de tríade. Bêl com Yarhibol deus solar, deus da justiça e protetor das fontes; Aglibol divindade lunar. Baalshamin é frequentemente acompanhado de Aglibol e, também de Malakbêl. Além destes deuses, uma divindade da Mesopotâmia de grande popularidade foi Nébo, associada aos oráculos e à sabedoria. Seu templo encontra-se no centro de um lugar sagrado.

Palmira resulta de interesses econômicos, políticos, mitos e crenças de um mosaico humano: o núcleo composto por armenos enriqueceu-se com judeus,

gregos, egípcios e, principalmente árabes, que perpetuam como comerciantes contemporâneos que assediam os turistas; palmeiras, oliveiras tamareiras cercam as ruínas de areia dourada.

E, ao por do sol, quando os beduínos regressam da estepe com seus rebanhos de cabras, levantando a poeira luminosa com os raios do sol, Palmira impregna os sentidos do visitante, dando-lhe a sensação, uma experiência a mais, de uma paisagem arqueológica, cultural, étnica e estética. Única. O resultado é uma imagem construída, a paisagem impressa na memória e que narrada, serve de estímulo para novos viajantes.

Há casos de paisagem, porém, em que o simbolismo não é tão evidente, a não ser para os iniciados ou aqueles que dominam a língua local. Na língua vietnamita *ha long* significa “dragão descendente”.

Conta a lenda que a famosa baía de Halong, no Vietnam, recentemente “descoberta” por um programa da Globo, foi criada por um dragão celeste que, mergulhando no golfo de Tonkin, agitou sua cauda e fez surgir mais de 2 mil ilhas calcárias. Um cruzeiro entre estas ilhas, visitando grutas, vendo povoados de pescadores; pescadores com seus instrumentos tradicionais é o principal atrativo para apreciar a natureza do Norte do Vietnã, reencontro com as marcas de um dragão inquieto, sobretudo, após sua classificação como uma das 7 maravilhas da natureza no mundo, pela Unesco.

Para Schama (1996), quando uma determinada ideia de um mito ou de uma visão se forma em um lugar concreto, ela torna as metáforas muito mais reais do que seus referentes, tornando-se de fato parte da paisagem.

O geógrafo atual não estuda mais apenas a paisagem como realidade objetiva, como Humboldt o fez no século XIX. O seu olhar dirige-se para perceber a paisagem carregada de sentido, investida de significados por aqueles que vivem

nela ou que a descobrem.

Neste processo, Duncan (2004, p. 111) também opina, dizendo que “[...] a paisagem é lida como um texto, e então atua como um elemento de transmissão, reproduzindo a ordem social.” Por que as pessoas consideram alguns acidentes da topografia, certas construções como especiais, como elementos de um patrimônio, sacralizando esses territórios? Essas questões dizem respeito a como os homens apropriam-se do meio ambiente e o transformam, produzindo as paisagens.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PAISAGENS E DE PATRIMÔNIOS

A paisagem testemunha a aventura do homem na superfície da terra e qualquer marca por ele introduzida significa um diferente valor cultural. Técnicas, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem, por isso, as paisagens possuem significados simbólicos e estão, também, carregadas de ideologias. São reconhecidas como testemunhas da criatividade, da diversidade cultural, dos cenários de vida e tornam-se objetos de interesse de políticas nacionais e internacionais. O papel da Unesco e da Constituição Brasileira para ressignificarem paisagens e patrimônios culturais já foi dito, porém, merece um complemento sobre o que já foi mencionado.

No caso de paisagens culturais, o Brasil ainda carece de uma legislação específica que atenda às recomendações da Unesco a despeito de ser signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972. O Brasil assumiu o compromisso ético de proteger os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial.

Por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Brasil instituiu o registro do patrimônio imaterial e, para tanto, o Inventário Nacional de

Referências Culturais (INRC). Com esse fato, mantém o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo porque só assim se pode “preservá-lo”. Além disso, conforme já foi mencionado, é bom lembrar que na Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 216, define-se o patrimônio cultural brasileiro e, no inciso V, são definidos “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, *paisagístico* (grifo nosso), artístico, arqueológico...”.

Tal fato revela que a paisagem é percebida como um dos elementos centrais na cultura; um conjunto ordenado de objetos passível de ser interpretado; repetimos, como um texto e que atua como uma criadora de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado.

Sem entrar no mérito da intencionalidade desse fato, desde então, atores diversos têm se apropriado do termo: organismos não governamentais, terceiro setor, técnicos governamentais, pesquisadores e a sociedade civil. As paisagens culturais transformam-se em objetos de políticas valorativas, preservacionistas e, também, de atrações turísticas. Para ilustrar, no ano de 2008, houve uma iniciativa do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – em inaugurar o conceito de paisagem cultural na criação dos Roteiros Nacionais de Imigração.

Esse fato ocorreu no dia 27 de agosto, em Pomerode, Santa Catarina. “Os Roteiros Nacionais de Imigração” ressaltam os elementos paisagísticos das estradas rurais de Santa Catarina e os costumes e tradições seculares trazidos pelos imigrantes: a culinária, a música, os dialetos, a arquitetura, as festividades. Paisagens culturais passam a ser reconhecidas como representativas de uma história nacional e como valorizadoras da presença do imigrante naquele Estado brasileiro.

Para o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, o conceito de Paisagem Cultural que esse projeto de Roteiros de Imigração emprega, tem uma relação direta com o princípio de execução, circulação e produção dos bens culturais. “Este é um bem cultural brasileiro. A preservação desses lugares é a preservação da dinâmica desses lugares, da sua forma de vida, das suas expressões e do exemplo de relação harmoniosa entre o homem e a natureza.”, conforme foi divulgado no *site Brasil Cultura* do dia 27/04/2009.

Ainda é o Iphan que mais recentemente tomou a iniciativa de estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, publicando no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, a Portaria 127, de 30 de abril de 2009. Por ela, considera-se a paisagem cultural “como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (*apud* WEISSHEIMER, 2010). A chancela tem por finalidade atender o interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, ao complementar os instrumentos de promoção e proteção já existentes e integrando-os.

As instituições mais inovadoras no âmbito de paisagem estão, principalmente, na Europa, ao investir em metodologias que considerem os indicadores de caráter estético, artístico e simbólico. Na Suíça, a estratégia federal “*Paysage 2020*”, incorpora em sua longa lista de indicadores de paisagem estes, tidos como intangíveis, ao lado de outros mais convencionais e quantificados com mais facilidade.

Na Espanha, as diretrizes paisagísticas no planejamento territorial materializam-se nos “Catálogos de Paisagem de Catalunha” que contemplam a Lei de Proteção, Gestão e Ordenamento da Paisagem de Catalunha de 2005. Os Catálogos têm a coordenação do Observatório da Paisagem da *Universidad de Girona*, coordenado pelo prof. Joan Nogué.

Eles determinam os valores e estado de conservação das paisagens, os objetivos da qualidade que devem cumprir e as medidas para consegui-las. Também, os Catálogos apontam como a paisagem evolui em função das atuais dinâmicas econômicas, sociais e ambientais e, contribuem para uma decisão coletiva sobre a paisagem desejada e como alcançá-la.

Parece que paisagem está se convertendo em peça fundamental de muitas políticas de ordenamento territorial e, inclusive de políticas setoriais de caráter social, cultural e econômico.

FINALIZANDO...

Quero destacar que, propositadamente, as paisagens artificiais, os parques temáticos que propõem um simulacro da geografia universal, que não pretendem anular e, sim, substituir ao original, não foram discutidas. Elas merecem uma discussão mais ampla que somente é sinalizada aqui.

Para finalizar, retomo a discussão com uma reflexão de Andreotti (2008). Ela afirma que, na paisagem, reflete-se a filosofia, a religião, a ciência. Nesse sentido, a paisagem cultural é testemunha de cultura, de história, de religião, de ideologias e de arte. Simultaneamente, ela é a inspiração e a inspiradora e, quando se está diante de uma paisagem cultural, percebe-se imediatamente a íntima conexão entre as várias formas de vida espiritual que a gerou.

Exemplificamos, para ilustrar. Belém tem um centro histórico de feição portuguesa, abrangendo o mercado Ver-o-Peso, e, a despeito desta colonização, é impossível não constatar a presença singular indígena dominando no mercado. São ervas, folhas, frutos, sementes, raízes vindos da floresta, cujos usos ainda são tradicionais.

O Mercado de Peixe oferece variedades de cores, cheiros e tamanhos. Os grupos ali efetuam trocas materiais e simbólicas. Esta paisagem é um raro exemplo de local em que coexistem marcas de culturas distintas como a portuguesa e a indígena. O Ver-o-Peso possui alma tão intensa quanto o Círio de Nazaré e, somente este, já figura no livro de registro de Bens Culturais.

Nisso, ela se distingue da paisagem geográfica, pois é dotada de *anima*, de algo profundo e interior, a alma. Os múltiplos significados das paisagens simbólicas falam, pois, muito dos homens que as criaram. Elas explicam a diversidade cultural do mundo em que vivemos.

Depreende-se pelo que foi exposto que tanto a paisagem quanto o território são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades.

Tais dimensões são produtos e, ao mesmo tempo, produtoras da natureza social e cultural das sociedades. Com isso, não se afirma que as ações dos homens sejam determinadas pela moldura material do meio ambiente, mas ressaltam-se as imbricações subjetivas que existem e permeiam as paisagens culturais. Elas refletem a superposição de poderes e de símbolos dos homens (GANDY, 2004). Elas são, pois, poderosos elementos constitutivos das visões de mundo e de nós mesmos.

Nesse entendimento contemporâneo de paisagem cultural, é inegável a necessidade de discuti-la simultaneamente com o patrimônio cultural. Eles se entrelaçam e se imbricam. As novas questões levam a sociedade a uma compreensão mais rica de ambos, tanto da paisagem quanto do patrimônio. Além disso, eles fazem parte de nossa sensibilidade vivencial e cultural, da nossa história, de nossas emoções e de nosso sentir atual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. (2011). Festas rurais e turismo em territórios emergentes. *Biblio3w* (Barcelona), v. XV, p. 919.
- ALMEIDA, M. G. (2010). Territórios de Quilombolas: Pelos Vãos e Serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e Biodiversidade de Sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v.4, n.9, p.1-28.
- ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M.; MENDES, G. F. (2011) Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção. *Mercator* (UFC), v. 10, p. 23-35.
- ALMEIDA, L.F. Santa Catarina ganha Roteiro de Imigração. *Brasil Cultura*. [27 abril 2009]. Entrevista concedida. Disponível em <<http://www.brasilcultura.com.br/perdidos/santa-catarina-ganha-roteiro-de-imigracao>>. Acesso em 02 mar. 2012.
- ANDREOTTI, G. (2008). *Per una architettura del paesaggio*. Trento: Valentina Trentini Editore, 289 p.
- BERINGUIER, C. (1991). *Manières paysagere. Première partie une méthode d'étude. GEODOC. Document de Recherche à, UFR Géographie et aménagement*. Université de Toulouse, n. 35, p. 2-58.
- BERLITZ. (2004). *Guide de Voyage Vietnam*. Montreuil, Berlitz, 170 p.
- BRASIL CULTURA. Disponível em: <http://www.brasilcultura.com.br/perdidos/santa-catarina-ganha-roteiro-de-imigracao/>. Acesso em 29 nov. 2011.
- BRASIL. Legislação. **Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 02 dez. 2011.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em 15 de abr. 2012.
- CALVINO, I. (1990). *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 150 p..

- CASTRO, B. (2012). Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, Everaldo B. BRUSADIN, Leandro B.; PIRES, Maria C. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras expressões, p. 37-46.
- CLAVAL, P. (2004). A Paisagem dos Geógrafos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, p. 13-74.
- COSGROVE, D. (1998). A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 84-122.
- DI MÉO, G. (2001) *La géographie en fêtes*. GAP: Ophrys, 270 p.
- DUNCAN, J. (2004). A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 91-132.
- FABRE, D. (1994). *Ethenologie et Patrimoine en Europe*. Terrain. n. 22. *Les émotions, mars*.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. (2006). *Patrimônio Histórico Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 31.
- GANDY, M. (2004). Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 75-90.
- GONÇALVES, J. R. S. (2009). O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33.
- IPHAN. Patrimônio Material e Imaterial. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 21 nov. 2011.
- KEROUAC, J. (2006). *On the road: pé na estrada*. Porto Alegre. Coleção P&M Pocket. 380p.

- LE GUIDE DU ROUTARD.(2008). *Jordanie, Syrie*. Paris, Hachette, 398 p.
- LYNCH, Kevin.(1990) *A imagem da cidade*. Rio de Janeiro: Edições 70. 205 p.
- MATEO, J. (1998). La ciência del paisaje a la luz del paradigma ambiental. *Cadernos de Geografia*. v.8. n.10. Belo Horizonte, p.63-68.
- MAUTONE, M. (2001) (org.). *I Beni culturali. Risorse per l'organizzazione del territorio*. Bologna: Pàreon Editore Bologna, 729 p.
- NOGUÉ, J. (2009). *Entre Paisajes*. Barcelona: Ambient. 285 p.
- RODRIGUEZ, J. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. (2010). *Geoecologia das paisagens*. Uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Ed UFC. 189 p.
- ROUGERIE, G. (1969). *La géographie des paysages*. CNRS. Paris, 123 p.
- SANTOS, M. (1997). *A natureza do espaço: técnica e tempo-razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 293 p.
- SAUER, Carl O.(1929/2010). Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Introdução a Geografia Cultural*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.p.19-26.
- SCHAMA, S. (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 696 p.
- SYRIE: (2002). *Guides Bleus*. Paris: Hachette, 511 p.
- TUAN, Yi-Fu. (2005). *Paisagens do Medo*. São Paulo: Editora Unesp, 375 p.
- UNESCO.(2000). *World culture report 2000..* Paris: Unesco.
- VALLBONA, M. C; COSTA, M. P.(2003). *Patrimônio Cultural*. Madrid: Editora Síntesis, 689p.
- WEISSHEIMER, M.R.(2010). *Desafios do desenvolvimento*. A chancela da Paisagem Cultural: uma estratégia para o futuro.. Edição especial. IPEA. Jun./Jul.ano 7, n. 62, p. 25.